

Lutas e movimentos sociais: compromisso de classe com quem?

Inez Stampa¹

Ana Lole²

Resumo

No ano do centenário da Revolução Russa, este texto busca refletir sobre o que quer dizer, hoje, ter “compromisso de classe por uma sociedade emancipada”. Com base na teoria social de Marx e em escritos de Gramsci, utiliza o materialismo histórico como método de análise e orientação para a reflexão com o objetivo de indicar elementos para o debate sobre os desafios enfrentados pelo Serviço Social na perspectiva da emancipação humana, tendo em vista que a luta de classes, hoje, quando se vive tempos tão sombrios para a classe trabalhadora, se mostra tão necessária quanto no cenário do amadurecimento do capitalismo.

Palavras-chave

Lutas de classe; Movimentos sociais; Serviço Social; Emancipação humana.

Fights and social movements: class commitment with whom?

Abstract

In the year of the centenary of the Russian Revolution, this text seeks to reflect on what it means today to have “class commitment for an emancipated society”. Based on Marx’s social theory and Gramsci’s writings, he uses historical materialism as a method of analysis and orientation for reflection with the aim of indicating elements for the debate on the challenges faced by Social Work in the perspective of human emancipation, taking into account in view of the fact that the class struggle, today, when we live in such gloomy times for the working class, is as necessary as in the scenario of the maturing of capitalism.

Keywords

Class Struggle; Social movements; Social Work; Human emancipation.

Introdução

Como foi necessária uma ação violenta para que o capitalismo constituísse suas estruturas econômicas e políticas, aos trabalhadores também foram necessárias ações violentas de tomada do poder. No início do século XX, revoluções contra o capitalismo ocorreram em alguns países, alcançando maior notoriedade a Revolução Russa de 1917. Depois de afastarem os inimigos, os revolucionários russos vitoriosos anunciaram a construção do socialismo, o que seria uma forma de organização social antagônica ao capitalismo. Não obstante os rumos que tal movimento assumiu, tornou-se marco importante na luta anticapitalista. No ano do centenário da revolução de 1917, quando se vive, em especial no Brasil e na América Latina, um cenário muito sombrio para a classe trabalhadora, considera-se importante indicar elementos para o debate sobre os desafios enfrentados pelo Serviço Social na perspectiva da emancipação humana, pilar do Código de Ética Profissional, tendo em vista que a luta de classes, hoje, se mostra tão necessária quanto nos tempos de amadurecimento do capitalismo.

Dessa forma, com as novas questões que se apresentam cotidianamente para os assistentes sociais, este ensaio busca refletir sobre o que quer dizer, hoje, ter “compromisso de classe por uma sociedade emancipada” em tempos de capitalismo financeiro e de acirramento de mais uma crise do capital.

Para Marx, as relações socioeconômicas são a base material a partir da qual todas as sociedades se organizam historicamente. A partir deste “mirante”, podemos romper com a história idealista – aquela que tratava (ou trata) a história da humanidade como uma seqüência ordenada de fatos relativos aos reis, religiões, imperadores, tubarões da indústria etc., ou seja, a história contada pelos “vencedores”.

Com Marx, inaugura-se a dialética da história – e as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos passam a ser estudadas pelos seus elementos contraditórios, buscando sempre encontrar o elemento responsável pela sua transformação, dando continuidade ao processo histórico.

Isso é fundamental para entendermos porque Marx afirmou que a história das lutas de todas as sociedades existentes é a história das lutas de classes (MARX; ENGELS, 1999).

Compromisso de classe por uma sociedade emancipada – desafios e perspectivas

Atualmente, falar de compromisso de classe é reconhecer a necessidade de articulação entre diferentes movimentos e lutas sociais, incluindo aí os movimentos de trabalhadores.

Por essa razão, e tendo em vista os objetivos desta reflexão, quando falamos em compromisso de classe, portanto, não estamos falando exclusivamente de “uma classe” – classe dos advogados, classe médica, classe artística etc., mas sim da classe trabalhadora.

Assim, falar em emancipação, na perspectiva dos movimentos sociais e da classe trabalhadora é resgatar um conjunto de elementos que se tinha deixado para trás, como, por exemplo, recuperar o trabalho como categoria-chave da compreensão da história e restabelecer o primado do sujeito na teoria social, bem como resgatar o papel e o projeto da classe trabalhadora como sujeito da história.

É nesse sentido que se faz necessário pensar a emancipação humananão apenas como uma aspiração do imaginário para o futuro ou como simples retorno a postulados do passado, mas, como um projeto dialético de libertação tendo por base o materialismo histórico. Isto é: luta humanista, contemporânea, concreta e necessária em um período de embrutecimento das relações entre as pessoas, de culto ao sucesso individual a qualquer preço e no qual se pretende que as transformações ocorram nos campos da tecnologia e dos “costumes”, mas nunca do trabalho ou da lógica de organização do poder econômico e político.

Do ponto de vista etimológico, o termo emancipação procede do latim *emancipare*, verbo que descrevia o ato pelo qual alguém, na sociedade romana clássica, eximia-se ou era eximido do pátrio poder ou da tutela (CUNHA, 1982). Mas foi somente no século XIV, no apagar das luzes da Idade Média, que as línguas neolatinas como o Francês, o Espanhol e o Português passaram a registrar o substantivo feminino “emancipação”, compreendido hodiernamente não somente como uma liberação individual do poder familiar, mas também como meio de libertação coletivo, tendo por origem processos históricos que levam à emancipação de indivíduos, grupos sociais e povos da tutela política, econômica, cultural ou ideológica de outrem (PIZZI, 2005).

Para Marx, contudo, o próprio Estado, em sua forma capitalista, representa a alienação dos indivíduos em relação ao poder de tomada de decisões, constituindo-se em obstáculo à emancipação enquanto libertação humana. A superação desse bloqueio somente pode se dar dentro da comunidade pelo acúmulo de experiência e exige a união de indivíduos para que se quebrem as correntes econômicas que mantém esse estado de coisa. Como aponta Mészáros (2002):

A libertação, diz Marx, é um ato histórico, não um ato mental [...]. A transformação, através da divisão do trabalho, dos poderes (relações) pessoas em

poderes *materiais* não pode ser dissipada descartando-se da *mente* a idéia que se tem dela, mas só pode ser abolida pelos *indivíduos* quando novamente *sujeitam estes poderes materiais a si mesmos* e abolem a *divisão do trabalho*. Isso não é possível sem a comunidade. Somente dentro da comunidade *cada indivíduo* possui os meios para cultivar seus dons em todas as direções; por isso, a *liberdade pessoal* só se torna possível *dentro da comunidade*[...]. Na *comunidade real*, os indivíduos obtêm sua *liberdade* por meio de sua associação (MÉSZÁROS, 2002, p. 488-489).

Não basta, portanto, boa vontade ou complexos esquemas teóricos. O marxismo identifica no indivíduo das classes dominadas, isto é, em um indivíduo social unido a outros indivíduos, a força motriz da história em direção à emancipação humana que é, ao mesmo tempo, libertação do indivíduo, mas, também, libertação da comunidade, revelando um viés de classe fundamental para a compreensão do pensamento marxista e que repele teses capitalistas que buscam incompatibilizar direitos individuais a direitos sociais e, em última análise, retirar do ser humano seu *status* de sujeito, transmutando-o em objeto da história. Em Marx, a emancipação da classe trabalhadora é, em última análise, um projeto de libertação da humanidade, que superará a sua pré-história ao constituir uma sociedade de classes na qual o “reino da necessidade”, da escassez, dará lugar ao “reino da liberdade”, quando o ser humano poderá desenvolver suas capacidades ao máximo e escrever sua verdadeira história.

Nesse sentido, Marx não enxerga a emancipação como a simples abstenção de coerção por parte do Estado à ação individual, seja porque essa ausência de coerção é muito mais abstrata do que concreta, seja porque a coerção está inserida na própria estrutura do sistema capitalista, orientando e informando a atuação da cultura, da política e até mesmo das ideias de um determinado período histórico. Como apontaram Marx e Engels (1998, p. 41), “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que tem a força material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante”.

É por essa razão que a dominação de classe se manifesta não somente nas relações econômicas, mas espalha-se pela conformação de instituições sociais como a família, dirige a lógica do espaço de trabalho e condiciona a expressão cultural, tudo isso ao mesmo tempo em que naturaliza o que é fundamentalmente artificial – a divisão do trabalho em sua forma contemporânea, a dominação do homem pelo homem e o aumento da pressão no torniquete aplicado à classe trabalhadora visando à extração da mais valia.

Para os marxistas, ser livre é possuir autodeterminação, o que, a princípio, pode parecer guardar semelhança com o discurso da “liberdade de comércio”, da “mão invisível” na economia – estranho ser de éter que ganha aparência de concretude no discurso ideológico dos economistas do capitalismo – que a tudo regularia, tudo compensaria e distribuiria conforme o mérito de cada um. Nada mais distante da realidade. As análises de Marx sobre a liberdade pessoal representam incisiva denúncia dos limites da sociabilidade capitalista, desvelando a farsa de uma suposta naturalidade das “leis de mercado” e expondo ao ridículo a chamada “meritocracia”.

Daí que, apesar das liberdades individuais terem sido alavancadas no capitalismo em relação a sistemas do passado, as críticas marxistas jogam luz sobre os estreitos limites da “democracia burguesa” e suas contradições, além de identificar na organização da classe trabalhadora, sujeito coletivo histórico, o instrumento de sua superação. Da mesma forma, a maior parte dos autores marxianos compreende a emancipação como um processo de classe, construído coletivamente.

Não se trata, contudo, de revogar as liberdades individuais alcançadas pelas lutas coletivas ao longo dos tempos, mas de avançar na construção de uma verdadeira democracia, de uma autêntica emancipação que não seja privilégio de classe ou coqueluche de estamentos sociais. Conforme sustenta Bottomore (1997, p. 124), “é um erro pensar que o desmascaramento da ideologia burguesa implica denunciar as liberdades burguesas como ilusórias. Antes, é preciso mostrar que, em certos casos [...] elas restringem ou mesmo impedem o exercício de outras liberdades mais valiosas”.

O ponto central é que a emancipação humana não é possível sem independência econômica, ou seja, no capitalismo a participação de homens e mulheres no mundo do trabalho³ é tolhida e condicionada a uma lógica de produção coletiva, com apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Emancipar-se, em primeira instância, é romper as bases da dominação econômica, revelar o embuste de formas tradicionais de dominação social. Como apontam Marx e Engels em “O Manifesto Comunista”, na sociabilidade burguesa a verdadeira liberdade reside apenas no comércio, na “liberdade de comprar e vender”. Dizem os autores:

[...] se o tráfico desaparece, desaparecerá também a liberdade de traficar. Demais, toda a fraseologia sobre a liberdade de comércio, bem como todas as bazófilias liberais de nossa burguesia só tem sentido quando se referem ao comércio tolhido

e ao burguês oprimido da Idade Média; nenhum sentido tem quando se trata da abolição comunista do tráfico, das relações burguesas de produção e da própria burguesia (MARX; ENGELS, 1999, p. 33).

Nesse contexto, quais as possibilidades de analisarmos as lutas por emancipação, na atualidade, com o eixo da luta de classes?

A formação desta nova condição humana emancipatória deve estar na base de uma atitude crítica, comprometida com o tornar homens e mulheres “atuais” à sua época, observando o processo de luta para essa transformação.

Expressa está, portanto, a concepção política na ideia de construção de novos homens e mulheres, rompendo com o individualismo e com as apologias reformistas, propondo a condição humana emancipatória. É nesse sentido que entendemos a condição humana emancipatória e questionamos: em que medida o Serviço Social tem se colocado como alternativa para uma participação crítica, dentro da ideia de forjar as condições para o desenvolvimento e fortalecimento da emancipação humana?

Dessa forma, o Serviço Social, enquanto uma profissão que expressamente assumiu a defesa da classe trabalhadora, precisa buscar alternativas para que a emancipação humana não seja algo inatingível. Sobretudo, o reconhecimento do papel e importância das lutas da reprodução social para a construção de uma nova sociabilidade contrária aos interesses do capitalismo (LOLE, 2014). Nesse sentido, a concepção de mundo implica “não só uma representação daquilo que é, mas também, e sobretudo uma representação daquilo que deve ser” (COUTINHO, 1991, p. 14), em todas as suas dimensões.

A emancipação é um vir-a-ser e está articulada ou condicionada às heteronomias da organização da sociedade capitalista, isto é, às contradições sociais. A luta pela emancipação deve ter como norte servir mais à contradição e à resistência, que à conformação e adaptação. As sociedades mantêm os homens não emancipados porque, mesmo no contexto de transformação, há resistências e um grande teor de repressão.

A emancipação humana deve passar por uma revolução social que transforme radicalmente a forma de sociabilidade da sociedade capitalista.

A ideologia⁴ dominante, numa determinada forma de sociabilidade, é a ideologia da classe dominante. Isto porque a classe dominante domina não só a produção material, mas também a produção intelectual, visto que é proprietária dos meios de produção material e intelectual. A ideologia da classe dominante tem a aparência de representar os interesses universais da sociedade. Por exemplo: na

sociedade burguesa vigoram as ideias de liberdade e de igualdade, em especial, o liberalismo econômico e o liberalismo político, que afirmam que os homens são iguais perante o mercado mundial e perante o Estado político.

O domínio através desses conceitos é extremamente sutil, em comparação com as ideias das classes dominantes nos modos de produção pré-capitalistas, quando a exploração se baseava em desigualdades claras e explícitas entre os homens e quando as classes dominantes se apropriavam do produto excedente social sob a forma de valores de uso.

A sociedade do capital se caracteriza pela contradição entre vida privada e vida pública, contradição esta que vem se acirrando no mundo contemporâneo, o que tem levado muitos indivíduos a escolhas ideológicas que fortalecem a sociedade baseada no mercado e na democracia liberal, pois a sociedade do interesse particular impera.

Isto coloca um problema vital a ser enfrentado: o poder da ideologia da perspectiva do capital enquanto poder que tem distorcido o marxismo, desde a origem da obra de Marx, nos anos 1840, passando pelas mais diversas épocas históricas até atingir esse início do século XXI, em que se proclama a morte de Marx. O proletariado, salvo vitórias esporádicas e inesperadas, tem sido derrotado pelo poder da ideologia da classe dominante há mais de 160 anos. Isto põe a urgência histórica da construção da perspectiva do socialismo no século XXI.

Segundo Marx (1978), a emancipação humana deve ser efetivada a partir de um duplo ato revolucionário: primeiro, um ato de natureza política, através do qual o proletariado possa alcançar o poder político e inicie a destruição do Estado político e do seu fundamento, isto é, o mercado; segundo, um ato marcadamente social, uma revolução social através do qual se possa transformar radicalmente a forma de sociabilidade, superando-se o mercado e a política.

Lukács (1978) também coloca a possibilidade da emancipação humana como possibilidade aberta no curso do desenvolvimento histórico. E Mészáros (2002) considera que essa emancipação implica e pressupõe a superação da política, assim como a superação do capital.

Já Gramsci apresenta um conjunto de categorias que oportuniza a construção de uma visão de mundo pautado na emancipação humana. Segundo o filósofo sardo precisamos formar uma vontade coletiva capaz de demandar uma reforma moral e intelectual que supere a ordem vigente.

A constituição de um novo momento ético-político opera – mas não de forma mecânica – na superação dos interesses particulares e na constituição de sujeitos

conscientes. Processo que Gramsci nomeia de “catarse”, o qual se vincula ao pleno exercício da liberdade. Para o filósofo italiano, a transformação do senso comum para uma concepção de mundo autônoma e independente, só ocorrerá mediante a formação de uma nova cultura, a qual está pautada na transformação da realidade, já que é através da “conquista de consciência superior [...] que consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres” (GRAMSCI, 2004, p. 58).

Instituir uma nova cultura, criar uma concepção de mundo crítica e coerente é, para Gramsci (2011a), o que há de mais importante e original em termos filosóficos, comparando-se a descobertas teóricas que se limitam a pequenos grupos intelectuais.

Por outro lado, a dinâmica da realidade vem sendo marcada pela reestruturação produtiva que precariza as condições e as relações de trabalho, acompanhada de contrarreformas no âmbito do Estado e, caracterizada pela desregulamentação e violação dos direitos. O sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002) opera numa lógica destrutiva, que aprofunda as desigualdades, o desemprego, a violência e criminaliza os pobres e as organizações dos trabalhadores, desmontando os caminhos de humanização da vida:

As políticas sociais se apresentam, cada vez mais, focalizadas, compensatórias e regressivas. A exploração de classe é, permanentemente, acompanhada pela opressão relacionada à questão étnicoracial, de gênero e de orientação sexual [...]. Diante desse contexto, o Conjunto CFESS/Cress pauta-se pela análise crítica da realidade, que alicerça o debate, e por ações estratégicas em torno da valorização da ética, da defesa dos direitos e do enfrentamento à desigualdade, na perspectiva da emancipação humana. Essa direção empreendida hoje no Conjunto aponta para o compromisso com o fortalecimento do projeto ético-político profissional, expresso nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, por meio da articulação com os movimentos sociais e com as entidades representativas da categoria: Abepss e Enesso (CFESS, 2011, s/p.).

Observa-se, claramente, a direção assumida pelo conjunto CFESS/Cress, pautada em um compromisso ético-político com a classe trabalhadora, numa perspectiva de fortalecimento de movimentos sociais e da própria profissão, na luta por um projeto societário que tenha no horizonte a emancipação humana, nos termos defendidos por Marx, conforme já indicado.

Não obstante os avanços e conquistas já empreendidos pela categoria profissional, mas sem esquecer os desafios que se colocam para a profissão, na atualidade, pode-se indagar: quem é a classe trabalhadora hoje? O que é a classe trabalhadora hoje?

Essa questão leva em consideração a importância do espaço público para se compreender a dinâmica do compromisso de classe necessário para que alcancemos uma sociedade emancipada.

Cabe destacar que, ao partir de uma perspectiva de recusa do caminho economicista – que exclui a luta de classes e as esferas da política e da ideologia, assim como do politicista, que rejeita a esfera da economia política e o mundo da materialidade –, a reflexão sobre a construção de espaços públicos democráticos no Brasil não pode prescindir do campo de debates da sociedade civil, importante arena da luta de classes. É nessa arena que as classes lutam para conquistar a hegemonia, ou seja, a direção política para a construção do projeto societário que almejam (GRAMSCI, 2011b).

Contudo, é sabido que, no Brasil, as relações tradicionais com a sociedade civil são marcadas por uma profunda herança elitista e autoritária e pela prática do clientelismo. Sobre esta questão polêmica e para um aprofundamento sobre as dificuldades de construção de espaços públicos democráticos no país, é interessante ver as observações de Gurza Lavalle a esse respeito:

A emergência do social no mundo moderno deu lugar à vida pública e [...] seus efeitos interagem com a vida política e dependem das possibilidades da institucionalização universal de interesses [...]. A coincidência e os descompassos nas dinâmicas da organicidade do social, da institucionalização política de interesses pelo Estado e pelos meios de comunicação interagem de forma complexa na configuração do espaço público (GURZA LAVALLE, 2004, p. 167).

A maioria das análises sobre o tema indica que tal espaço é frequentemente tolhido pelas imposições dos interesses privados que deles se apropriam, remetendo, muitas vezes, tais dificuldades para a herança da escravidão e sua sequelas. Diante disso, cabe perguntar: que tipo de vida pública é gerada sob os efeitos da terrível heterogeneidade e desigualdade social que continuam existindo no país, não obstante os processos de modernização vividos ao longo do século XX e que, ainda hoje, permanecem? Parece que essa possibilidade de alteração nas relações sociais remete novamente à participação da população.

Mais uma vez, parece que a possibilidade de transformar a visão política centra-se na descoberta da ação coletiva, pois são os coletivos que criam dissenso, que criam política, esta entendida como escolha entre soluções alternativas, capaz de elaborar outros modelos (RANCIÈRE, 1996).

Dupas (2003, p. 90) afirma que “o grande desafio para a preservação da cultura democrática implica a reconstrução de um espaço público e a volta do debate político” e que o desafio contemporâneo é, pois, tentar constituir uma nova identidade coletiva quando as utopias se foram e a ideia de formar parte de um todo se desacreditou, o que acentua a necessidade inerente ao ser humano de dar sentido à vida e à sua transitoriedade.

Por outro lado, devemos enfatizar o fato de que o movimento dos trabalhadores é um tipo de ação coletiva e que, como tal, não pode ser pensado apenas no espaço do mundo do trabalho ou mesmo no espaço institucional das relações profissionais. Sendo os movimentos de trabalhadores fenômenos sociais, é necessário entendê-los em toda sua complexidade, o que significa abordá-los nos contextos sociais ampliados em que eles se manifestam.

Daí a necessidade em se pensar os movimentos de trabalhadores inseridos na sociedade civil, com potencial de provocar o debate nas esferas públicas, com suas demandas, além da possibilidade de contribuir para decisões sociais e políticas de interesse para a classe trabalhadora.

Lutas e movimentos sociais: compromisso de classe com quem?

Ainda que movidos por um otimismo da vontade quanto ao potencial dos movimentos sociais para a emancipação da sociedade, não podemos prescindir de certo pessimismo analítico. Gramsci (2011b) alertava para a vigilância em momentos de crise. É preciso não se deixar levar por fantasias tampouco cair na desesperança – “pessimismo da razão, otimismo da vontade”. Ou seja, o caminho é político, o julgamento é difícil, e a idealização uma armadilha.

Nos limites desta abordagem, podemos sustentar que a temática das lutas e movimentos sociais não é propulsora, hoje, de muitos debates e pesquisas nas Ciências Sociais e, em especial, no Serviço Social, ainda que as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora sejam condicionantes históricos essenciais das conquistas de direitos sociais e das ações emancipatórias.

Com o objetivo de tornar mais clara a reflexão aqui proposta, cabe uma breve referência ao que se observa na literatura especializada sobre o tema “movimentos sociais”. Os primeiros estudos sobre o tema surgiram no final da

década de 1960, com a eclosão de um ciclo de protestos em várias partes do mundo. Nas ciências sociais, o debate sobre o fenômeno somente se instalou na década de 1970, quando foram abordados os movimentos sociais como forma de ação coletiva, e surgiu, então, a primeira ramificação no interior desse estudo, com enfoques diferenciados.

O primeiro deles veio da escola norte-americana, cujo foco de pesquisa é a organização dos movimentos sociais (formas de “recrutamento”, quem são as pessoas que participam, como decidem e como organizam as formas de protestos). Nessa abordagem, não está em jogo a contestação da ordem social ou do capitalismo por parte desses movimentos. Já a escola europeia – que influenciou os cientistas sociais brasileiros – adota um tipo de investigação sobre o aspecto externo dos movimentos sociais, especialmente sua identidade social, analisando como eles se relacionam com as demais instâncias da sociedade, quais são suas formas de protestos, como se organizam e qual seu impacto nas demais forças sociais. Essas teorias quase sempre entenderam os movimentos sociais como movimentos anticapitalistas, ou seja, movimentos motivados pelo estabelecimento de outra forma societária, ainda que não necessariamente o socialismo, uma vez que várias dessas teorias nem sempre foram teorias obrigatoriamente inspiradas pelo marxismo.

Nas ciências sociais há muito dissenso teórico, escolas e definições de movimentos sociais. Todavia, no caso brasileiro, nossa memória recente recorda os movimentos sociais que reativaram a mobilização popular, sufocada pelo período de ditadura militar, como o “novo sindicalismo”, gestado no final da década de 1970, em São Bernardo do Campo (SP), e um sem-número de movimentos populares. O Brasil é um dos países que apresentam grande número de movimentos sociais. Podem ser encontrados, em todo o país, movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, pela habitação, movimentos dos negros, dos indígenas, das mulheres, movimentos ecológicos e cooperativos, de meninos e meninas em situação de rua, movimentos de saúde, de pessoas com deficiência, movimentos comunitários de bairros, de produção e consumo, e tantos outros.

Grandes conquistas sociais e políticas foram resultantes dessa multifacetada mobilização popular, como, por exemplo, a anistia dos exilados políticos em 1979, a reforma dos partidos políticos, a institucionalização das organizações sindicais e populares, a reforma constitucional de 1988 e a eleição direta a presidente da República. A noção de movimentos sociais está aqui sendo utilizada de uma forma ampla, de modo a contemplar as variadas expressões da mobilização popular em curso no país, em defesa de direitos sociais e coletivos⁵.

Tendo em vista a potencialidade de tais movimentos e lutas sociais, bem como a necessidade de busca de alternativas para o “empoderamento” das classes populares, acreditamos caber aos assistentes sociais, nas mais diversas áreas de atuação, um compromisso com o que há de mais emancipador atualmente, que são as lutas sociais da classe trabalhadora em suas mais diversas manifestações e estratégias. Esse compromisso não significa negar as contradições e os conflitos desses movimentos, mas sim de reconhecê-los como espaços de resistência e esperança. Nesse sentido, estaremos em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, comprometido que ele está com a liberdade e com a socialização da riqueza e da participação política. Isso nos faz pensar novamente na emancipação.

O Código de Ética Profissional expressa compromisso com a defesa dos direitos e da emancipação humana. Isso significa que deve ser utilizado como um instrumento de compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária: trabalhadores e trabalhadoras desse país tão marcado pelas desigualdades de classe.

Aqui o compromisso de classe vem novamente à tona: referimo-nos àqueles que trabalham e lutam todos os dias para tentar materializar, tornar realidade, as diretrizes e os princípios expressos no Código de Ética. Esta atitude é que pode consolidar o Serviço Social como uma profissão comprometida com os direitos da classe trabalhadora, tantas vezes esquecidos, tantas vezes negligenciados.

A direção social expressa no Código de Ética indica claramente a necessidade histórica de construção de um processo societário comprometido com as lutas seculares da classe trabalhadora. Mas, não esquecendo que os assistentes sociais são também trabalhadores e sujeitos às perversas condições de trabalho que vêm fragilizando laços de solidariedade entre a classe trabalhadora. Reconhecer a condição de partícipe da classe trabalhadora é, portanto, um exercício indispensável para nós. Porém, não basta.

É preciso reconhecer que a nossa práxis profissional deve ser pautada no compromisso com a defesa dos direitos e da emancipação humana. É um compromisso de classe, numa época em que a exacerbação do individualismo, a mercantilização da vida social e a banalização da vida humana passaram a fazer parte de nossas rotinas.

Isso implica em perder o medo que ainda persiste em muitos setores ditos de esquerda, de pensar e construir/reconstruir espaços públicos democráticos, que possam incorporar as grandes maiorias que não têm vez, nem voz, nem poder de pressão no âmbito da sociedade.

Aqui não podemos falar de fórmulas e nem de receitas. O caminho é político. Que projeto societário queremos? Com quem estabelecemos compromisso de classe?

Considerações finais

As diversas formas de luta, segundo a história de cada país, de cada povo, de cada região, são legítimas. Os espaços de resistência e de esperança gerados pelas reações populares precisam ser preservados.

Cabe aos intelectuais, aos militantes, aos políticos progressistas e, no nosso caso, aos assistentes sociais, aprender com o que hoje temos de melhor, que são as organizações populares e os movimentos e lutas sociais, inclusive na América Latina e no Brasil. Eles também são permeados de contradições e conflitos, tal como a sociedade brasileira. Mas querem enfrentá-los.

O saldo positivo das lutas pela democratização deve ser utilizado pelas organizações democráticas que queiram enfrentar os interesses do capital financeiro, que se traduzem cotidianamente nos mercados, na mídia e nos círculos de poder.

Cabe aqui destacar, no que se refere ao Serviço Social, duas ordens de tensão, dentre outras, com as quais a profissão se defronta. Por um lado, temos as exigências históricas quanto à elaboração ou reelaboração de propostas/respostas qualificadas às demandas que são colocadas ao Serviço Social pelo movimento contraditório entre as forças sociais que exercem o controle do capital (ABREU; LOPES, 2010). Por outro, temos aqueles que lutam pela construção de um controle alternativo como uma necessidade das lutas emancipatórias de nossa época.

Aqui, uma vez mais, a questão das lutas e das classes sociais e da emancipação humana se impõe como categoria de análise para evitar a visão fragmentada da sociedade (falamos do avanço das teorias ditas “pós-modernas” que reforçam a questão da identidade como categoria de análise e acentuam a orientação ao individualismo) no processo de formação da consciência profissional e política dos trabalhadores no contexto das lutas sociais que precisam ser empreendidas.

Referimo-nos à vinculação da profissão com as lutas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora como referência para a emancipação da humanidade. Ou seja, precisamos de um Serviço Social que acredite no poder transformador da sociedade brasileira, das organizações populares e dos movimentos sociais e que se articule e se comprometa cada vez mais com as lutas travadas pela classe trabalhadora, na perspectiva de um projeto societário que tenha no horizonte a emancipação humana.

Construir uma alternativa ideológica emancipadora é dever de nosso tempo. É, além disso, uma construção dialética pautada na experiência histórica, mas, também, na permanente visão e revisão de estratégias. Mézáros (2004), ao discutir a possibilidade de construção de projetos de luta para a classe trabalhadora destaca o poder da “ideologia emancipadora”:

Sem esta, as classes trabalhadoras dos países capitalistas avançados não serão capazes de se tornar ‘conscientes de seus interesses’, muito menos de ‘lutar por eles’ – em solidariedade e espírito de efetiva cooperação com as classes trabalhadoras das ‘outras’ partes do único mundo real – até uma conclusão positiva (MÉSZÁROS, 2004, p. 546).

Tais desafios indicam a necessidade de um Serviço Social que esteja atento aos interesses da classe trabalhadora, que não perca de vista o compromisso ético-político assumido em seu projeto profissional e esteja “antenido” ao movimento consciente de se vincular a outros movimentos – locais, regionais, nacionais e ao redor do mundo – como forma de construir novas alternativas de concretização do ideal emancipatório.

No entanto, se a alternativa ao capitalismo é a emancipação humana, como devemos travar essa luta, de qual perspectiva devemos defender os direitos ameaçados dos trabalhadores para que consigamos acumular forças, tendo em vista a emancipação humana? (LESSA, 2007). Aqui está o cerne da questão: não se trata se devemos ou não defender os direitos ameaçados. Antes, trata-se de saber com que perspectiva, que estratégia utilizar para fazê-lo. Em outras palavras, cabe perguntar: em qual terreno devemos nos colocar para que essa luta possa acumular forças contra uma sociabilidade que não prescindir do Estado político, da propriedade privada e da exploração da classe trabalhadora?

Referências

ABREU, M. M.; LOPES, J. B. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 1, p. 109-117, 2010.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Manifesto CFESS, Abepss e Enesso: Conjunto CFESS/Cress – Compromisso de classe por uma sociedade emancipada*. Brasília, 15 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2017.

COUTINHO, C.N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 4, p. 5-17, maio de 1991.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos. Vol. 1: 1910-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GURZA LAVALLE, A. *Vida pública e identidade nacional*. São Paulo: Globo, 2004.

IANNI, O. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 2-12, jan./mar. 1994.

LESSA, S. A emancipação política e a defesa de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

LOLE, A. *Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social*. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 4, p.1-18, 1978.

MARX, K. Notas Críticas al Artículo: “El Rey de Prusia y La Reforma Social. Por um prusiano”. In: _____. *Obras de Marx y Engels*. Barcelona: Grijalbo, 1978.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. ; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: L&PM Editores, 1999.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PIZZI, J. *O desenvolvimento e suas exigências morais*. 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STAMPA, I. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 35-60, 2 sem. 2012.

Notas

- 1 Graduada em Ciências Sociais e em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenadora do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. E-mail: inestampa@ig.com.br.
- 2 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio. Professora do Departamento de Serviço Social de Niterói da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: analole@gmail.com.
- 3 De acordo com Stampa (2012, p. 36), a expressão “mundo do trabalho” refere-se aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora. Sobre o tema ver Ianni (1994).
- 4 Ideologia compreendida enquanto “[...] uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]” (GRAMSCI, 2011a, p. 98-99).
- 5 A este respeito, consultar Gohn (2007).

Artigo recebido em agosto de 2017 e aceito para publicação em agosto de 2017.